



IV ENID

IV Encontro de Iniciação à Docência da UEPB
21 e 22 de novembro de 2014

ENFOPROF

II Encontro de Formação de Professores da Educação Básica

COMBATENDO O RACISMO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Bruna Maria de Sousa Santos (DLA-UEPB)

brunasantoscg@gmail.com

Magliana Rodrigues da Silva (DLA-UEPB)

magliantarodrigues@hotmail.com

Introdução

Sabe-se que o racismo é um problema social enfrentado por milhares de brasileiros na contemporaneidade. Tal problema, que tem como elemento fundante o sistema escravocrata instaurado no Brasil no século XVI, gera um processo de marginalização e desigualdade, inserindo a população negra no escopo das minorias sociais – grupos historicamente oprimidos e subordinados a núcleos sociais detentores do poder.

Esse fenômeno de desigualdade incide diretamente no contexto escolar, revelando dados preocupantes. De acordo com o Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil: 2009-2010, desenvolvido pelo Instituto de Economia da UFRJ, dos 6,8 milhões de analfabetos brasileiros que já passaram pela escola, 71,6% são pretos e pardos. E entre os estudantes pretos e pardos de 15 a 17 anos, 8 em cada 10 estavam cursando séries abaixo de suas idades ou tinham abandonado a escola.

Diversas pesquisas da área assinalam uma reprodução sistematizada do preconceito racial que se alastra por toda a comunidade escolar. No que concerne à prática docente, identifica-se a precariedade de uma formação inicial e continuada que proporcione aparato teórico capaz de influenciar positivamente a prática docente ao lidar com questões de desigualdades e preconceito raciais. Sem esse preparo, os professores permanecerão coniventes com a intolerância e o racismo dentro das escolas, compactuando com o insucesso escolar do aluno negro.



IV ENID

IV Encontro de Iniciação à Docência da UEPB
21 e 22 de novembro de 2014

ENFOPROF

II Encontro de Formação de Professores da Educação Básica

Pensando na nocividade desse problema social, além de outros, como a poluição e a homofobia, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) apresentam para o Ensino Fundamental a noção dos Temas Transversais, firmando o compromisso de “uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental” (p.15). Tais temas contemplam questões ligadas à Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde e Orientação Sexual, devendo atravessar o ensino de todas as disciplinas escolares, de forma a construir um conhecimento integrado, que proporcione aplicabilidades concretas para os conteúdos apreendidos em sala de aula, conscientizando e esclarecendo os discentes sobre as principais problemáticas sociais.

Ainda no amalgama das leis e diretrizes para um ensino engajado socialmente, no ano de 2003 foi sancionada a lei 10.639, que regulamenta a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" nas escolas. Todavia, tal temática não tem sido tão frequentemente contemplada em sala de aula, apesar de seu caráter obrigativo, exatamente pela ausência de preparo. Dessa forma, voltamo-nos à seguinte questão: como oferecer aos discentes reflexões sobre determinados temas para os quais o professor não se encontra habilitado? E mais: como articular o ensino da disciplina – aqui, nos debruçaremos sobre o ensino de Língua Materna – à temática sugerida? As respostas a essas questões delimitam os objetivos desse estudo que consistem em refletir sobre a urgência de incorporar à prática do ensino de Língua temas sociais, no combate a desigualdade, e demonstrar de que forma é possível vincular conteúdos disciplinares a questões de cunho social, obedecendo ao que preconizam os Temas Transversais. Para tanto, apresentaremos, de forma sintética, o trabalho desenvolvido pelo projeto Base Artística e Reflexiva (PIBID/UEPB) na Escola Estadual de Ensino Fundamental José Pinheiro, instituição de público discente predominante negro, localizada em um bairro periférico da cidade de Campina Grande- PB.

Metodologia

A partir de uma abordagem teórico-metodológica, de base qualitativa, alicerçada na pesquisa-ação, que compreende “uma autorreflexão coletiva



IV ENID

IV Encontro de Iniciação à Docência da UEPB
21 e 22 de novembro de 2014

ENFOPROF

II Encontro de Formação de Professores da Educação Básica

empreendida pelos participantes de um grupo social de maneira a melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais e educacionais (KEMMIS & MC TAGGART, 2001, pág. 248)”, observamos a realidade dos nossos alunos e estabelecemos diálogos com professores e funcionários da escola, de modo a compreender o contexto social em que estavam inseridos. Assim, identificamos a recorrência de práticas racistas no ambiente escolar, além da marginalização de alunos negros, muitas vezes envolvidos no espectro da violência e das drogas.

Partindo dessa difícil realidade, buscamos nas leis e documentos oficiais supracitados toda a capacitação que necessitávamos para a elaboração de uma Sequência Didática (doravante SD) voltada à valorização da cultura africana e ao combate do preconceito racial, articulando tais temáticas aos conteúdos de Língua Portuguesa. Elaborar uma SD de Língua, no entanto, requer a compreensão básica de que, como orientam os PCN (1997), o ensino do Português deve privilegiar a incorporação dos gêneros textuais como objeto de ensino, contemplando as práticas de leitura e produção de textos, já que seus objetivos centram-se no “desenvolvimento de diferentes habilidades comunicativas a partir da relação entre texto e contexto e suas implicações sociais, para que os alunos reconheçam a funcionalidade dos conteúdos e das atividades trabalhadas em sala de aula para sua vida social (LOVATO, 2008, p. 08)”. Assim, o trabalho com os gêneros textuais torna-se fundamental, na medida em que estão presentes em todas as instâncias da interrelação verbal.

Por esse motivo, elegemos o gênero textual que seria o centro do nosso trabalho e resultado final, materializado nas produções dos discentes: a *propaganda social*, veiculada no suporte textual *cartaz*. A escolha do gênero deve-se ao seu caráter esclarecedor e colaborativo, possuindo a finalidade de prestar um serviço de utilidade pública à população, orientando-a sobre problemas ligados à vida humana e à coletividade social. Nesse sentido, nosso intento era o de vincular à produção de uma propaganda social o combate ao racismo e a valorização de nossas origens africanas. Para tal, no que concerne aos conteúdos de Língua, viabilizamos as condições de produção textual no que se refere ao (re)conhecimento do gênero, desenvolvimento da linguagem



IV ENID

IV Encontro de Iniciação à Docência da UEPB
21 e 22 de novembro de 2014

ENFOPROF

II Encontro de Formação de Professores da Educação Básica

argumentativa, revisão ortográfica, coesão e coerência textuais, em um contínuo processo de escrita e reescrita. Já no que se refere à temática, promovemos o contato dos alunos com diversas informações e fatos que fomentassem o debate e a formação de opiniões fundamentadas a partir de argumentos apresentados em sala de aula.

Selecionamos, para cada encontro, subtemas que contemplavam questões concernentes ao racismo e à cultura africana. Vinculados a cada subtema, estavam os gêneros textuais que tinham fundamental participação no desenvolvimento da leitura e da escrita. Entre os mais utilizados nas aulas, estavam as charges, propagandas, reportagens, notícias, além de gêneros literários como poemas, crônicas, contos. A propaganda, em particular, obteve destaque na grande maioria das aulas para que pudéssemos observar, junto aos alunos, cada característica do gênero, como slogan, público-alvo e a linguagem argumentativa em sua materialização verbal e não verbal. Assim, oferecemos condições para uma primeira produção textual que consistia na escrita de um texto argumentativo constituinte de uma propaganda social ligada à campanha contra o racismo que promoveríamos ao final da SD.

Nas aulas seguintes, propomos o processo de reescrita, estimulando nos alunos a prática da revisão de suas produções. Tal processo de reescrita era norteado a partir de orientações individuais e coletivas voltadas à coesão e coerência textuais, bem como à revisão ortográfica e maior desenvolvimento dos argumentos defendidos nos textos. Reservávamos, também, momentos para fotografar cada aluno em poses sugestivas de combate ao preconceito racial. Estas fotografias comporiam a face não verbal das propagandas sociais já iniciadas, a partir da produção dos textos argumentativos.

Resultados e discussão

Assinalando o término da aplicação de nossa SD, a realização da campanha celebrou os resultados de um trabalho educativo engajado socialmente, mostrando que é possível e necessária a articulação de temas sociais a conteúdos disciplinares, vislumbrando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária e, ao mesmo tempo, atendendo ao que



IV ENID

IV Encontro de Iniciação à Docência da UEPB
21 e 22 de novembro de 2014

ENFOPROF

II Encontro de Formação de Professores da Educação Básica

preconizam os documentos oficiais que norteiam o fazer docente. As propagandas sociais, impressas em cartazes, foram anexadas às paredes da escola sinalizando o combate a um problema enfrentado pelo próprio público discente. Na ocasião em que a campanha foi oficialmente divulgada, proferimos um breve discurso, situando a comunidade escolar sobre o percurso que havíamos traçado até chegarmos ao resultado de uma mobilização daquele porte, dando voz aos nossos alunos que relatavam casos de racismo sofrido por eles ou que demarcavam a revolta e oposição a esse desserviço à coletividade social. Nesse contexto, observávamos, com satisfação, o gênero textual em seu uso concreto, situado socialmente e muito bem utilizado pelos discentes que, ali, desempenhavam seus papéis de cidadãos críticos e transformadores da sua própria realidade.

Considerações finais

Diante dos resultados, verificamos a possibilidade de cumprimento da lei 10.639/03 e da inserção dos Temas Transversais no ensino de Língua Materna, apesar da deficiência em termos de capacitação docente no trato com as desigualdades sociais, em particular, as que incidem sobre a população negra a partir do preconceito racial. Depreende-se, ainda, que a articulação entre temáticas e conteúdos legitimam as práticas de leitura e escrita na produção de gêneros textuais, uma vez que proporciona o emprego concreto de uso e circulação desses gêneros.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. In: **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Ministério de Educação, 1997.

_____. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003.. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003.

KEMMIS, S. e MC Taggart, R. (eds) (1988) **O planejador de pesquisa-ação**, 3. Ed. Victoria: Universidade Deakin. 2001.

LOVATO, Cristina dos Santos. **Gêneros textuais e ensino**: uma leitura dos PCN de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental. Revista Travessias, vol. 2, nº 2, 2008.